



ISOMORFISMO, EFICIÊNCIA SIMBÓLICA E LEGITIMIDADE SOCIAL NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Giovanna Garrido

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

E-mail: giovannagarrid@gmail.com

Patrícia Saltorato

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Professora da Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

E-mail: patrisal@dep.ufscar.br

Resumo

Este artigo visa discutir o tema da sustentabilidade socioambiental enquanto fenômeno advindo do âmbito não racional. Objetivando refletir sobre o tema por meio de um enfoque diferenciado, buscou-se analisar de que forma a perspectiva institucional contribui para a análise do mesmo. Sustentando-se em pesquisas bibliográficas, o presente artigo estabelece uma hipótese central de que é possível considerar a aderência organizacional ao tema da sustentabilidade socioambiental como uma busca por legitimidade e sobrevivência na sociedade. As pesquisas realizadas mostraram indícios favoráveis a esta hipótese. As ações ditas sustentáveis de uma organização frente ao ambiente que a circunda não podem deixar de ser também consideradas como uma busca por eficiência simbólica e legitimidade social. Os resultados apontam para a superficialidade e racionalidade das abordagens predominantes acerca do tema e promovem a abertura de caminhos para novos estudos.

Palavras-chave: Isomorfismo. Legitimidade. Sustentabilidade socioambiental. Teoria Institucional.

ISOMORPHISM, SYMBOLIC EFFICIENCY AND SOCIAL LEGITIMACY IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY INSTITUTIONALIZATION WITHIN CONTEMPORARY ORGANIZATIONS

Abstract

This paper aims to discuss the organizational socio-sustainability as a non rational phenomenon. Looking forward to think about the theme from a different point of view, it shows how the institutional perspective has contributed for an alternative analysis of the theme. Based upon bibliographic researches, this article establishes a primary hypothesis which considers the organizational adherence regarding the Sustainability issue as a matter of searching for legitimacy and survival within contemporary society. The researches results demonstrated very favorable arguments towards this hypothesis. So, the organization's sustainable actions, regarding its surroundings environment cannot be seen without, also, considering its search for symbolic efficiency and social legitimacy. The results point out the superficiality and rationality of the predominant approaches regarding the theme and so far promote alternative research paths.

Keywords: *Isomorphism. Legitimacy. Socio-Environmental Sustainability. Institutional Theory.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade vem discutindo de forma intensa o movimento pelo Desenvolvimento Sustentável. Frente à ampliação constante dos debates acerca das questões ambientais, decorrentes principalmente da degradação do meio e do uso indevido dos recursos, o tema da sustentabilidade chegou ao ápice das prioridades empresariais. Torna-se comum a mobilização das empresas em busca do alinhamento de suas ações com valores socioambientais mais justos (ARRUDA; QUELHAS, 2010; CASTRO et al., 2010)

Porém, tratando-se destas discussões sobre o tema, pode-se dizer que elas se baseiam excessivamente na racionalidade. A investigação das causas da adoção de práticas sustentáveis pelas empresas é muito alicerçada em explicações objetivas. Isto é, na busca da compreensão e superação do tema, é desconsiderada a influência de hábitos inconscientes em cada ação humana e, conseqüentemente, em cada ação organizacional.

Nesse contexto, fundamentado nos preceitos da Teoria Institucional, uma corrente sociológica que vai de encontro a perspectiva racionalista e que traz consigo uma nova maneira de enxergar as organizações, o presente artigo visa construir uma reflexão sobre o tema da sustentabilidade. Por meio dela, busca-se encorajar as pessoas em desafiar o racionalismo empregado nas atuais explicações sobre a popularização do conceito e ressaltar que, ao ser analisada de forma mais abrangente, a postura sustentável de uma organização frente ao ambiente que a circunda não deixa de ser uma busca por uma eficiência simbólica, por legitimidade social.

Desta forma, o objetivo geral do artigo é o de investigar de que maneira a perspectiva institucional contribui para a análise da Sustentabilidade socioambiental e tem como problemática principal o seguinte questionamento: é possível considerar a aderência organizacional ao tema da sustentabilidade socioambiental como uma busca pela legitimidade e pela sobrevivência na sociedade? A problemática do artigo parte da premissa que a vida organizacional possui muitas dimensões inconscientes. Desta forma, muitos conceitos, ações e comportamentos empresariais possuem explicações advindas do âmbito não racional.

Assim, o artigo é estruturado da seguinte forma: na seção dois é demonstrada a maneira como foi conduzido o estudo; na seção três apresenta-se o referencial teórico do artigo, subdividido em três tópicos principais. Primeiro, é feita uma breve discussão sobre a sustentabilidade socioambiental, buscando explicitar as pressões sociais que circundam as organizações acerca das questões ambientais. Em seguida, são descritos e analisados os principais conceitos da Teoria Institucional, visando direcionar o estudo à análise pretendida neste momento. O terceiro tópico traz a discussão central do artigo, retratando a sustentabilidade socioambiental por meio de um viés institucional e associando as ações ligadas a esta prática como uma busca pela legitimidade e sobrevivência organizacional. É nesse tópico que é demonstrada a natureza da relação que se estabelece entre o indivíduo e a organização e de que forma o significado oculto desta relação o posiciona frente à institucionalização das práticas sustentáveis. Por fim, na última seção do artigo são feitas as considerações finais sobre o tema abordado.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste artigo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, visando abordar o objeto da pesquisa sem a preocupação de medição ou quantificação dos dados obtidos. Em relação à classificação do estudo, foi empregada a base taxionômica apresentada por Vergara (2009), segundo a qual, os estudos podem ser classificados através de dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, o estudo foi exploratório e explicativo. Exploratório, pois, embora a sustentabilidade socioambiental seja um tema bastante conhecido e difundido na realidade empresarial, não se verificou a existência de muitos estudos que o abordem com o ponto de vista proposto neste artigo, qual seja, o da análise do mesmo por meio da perspectiva institucionalista. Explicativo, pois visa esclarecer, através da Teoria Institucional, os fatores que podem contribuir para o discurso voltado à sustentabilidade nas organizações.

Quanto aos meios, o estudo foi bibliográfico, sustentado por referenciais teóricos que são acessíveis ao público em geral. O caráter bibliográfico mostrou-se mais viável para este artigo devido ao enfoque diferenciado das explicações dadas às adoções de práticas sustentáveis pelas organizações. Isto porque, segundo Marconi (2009), a pesquisa bibliográfica não consiste em uma repetição daquilo que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema por meio de um novo enfoque.

Desta forma, com o auxílio de algumas abordagens teóricas, foi estabelecida uma investigação dos méritos conceituais de dois assuntos, como também da forma como se relacionam entre si. São estes: a Sustentabilidade socioambiental e a Teoria Institucional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Sustentabilidade Socioambiental

Desde épocas remotas, a sociedade é sobrecarregada por complexidades nunca vistas na história humana. O exponencial desenvolvimento tecnológico, resultante da ação humana, aumentou ainda mais o poder de autodestruição do homem (VAN BELLEN, 2004). A incapacidade humana de absorver as informações que emergem incessantemente, de conter as mudanças do mundo moderno e de gerenciar sua própria interdependência, faz com que, hoje, a sociedade viva em meio a um labirinto de complexidades, em meio a uma disfunção sistêmica inumerável, cujas dimensões econômicas, ecológicas e sociais não possuem causas ou soluções. É nesta realidade que novos conceitos evoluem, incluindo o conceito do Desenvolvimento Sustentável, que surge como uma estrutura cujo principal fim é superar esses desafios ambientais (MEBRATU, 1998).

Diante disso, tal conceito passou a influenciar significativamente a política nacional e internacional de desenvolvimento e tornou-se o assunto chave nos documentos políticos do governo, das agências internacionais e das organizações. Com isto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser um tema de muita discussão, resultando em uma ampla variedade de definições e interpretações do mesmo (MEBRATU, 1998).

Como resultado da evolução e extensão das questões referentes ao meio ambiente, as quais ultrapassam a esfera ambiental e abrangem a esfera econômica e social, nas últimas décadas, o tema da sustentabilidade tornou-se um preceito em voga no âmbito organizacional. Houve um aumento considerável das referências ao tema, tanto no que se refere à prática quanto ao discurso empresarial (CARVALHO; MONZONI, 2010).

Porém, segundo resalta Serio (2010), as discussões sobre o mesmo não são pautadas somente no meio empresarial, mas também no meio político e acadêmico. Em todos os âmbitos, as proposições da sustentabilidade ocupam lugar de destaque e tornam-se uma espécie de mantra para o século XXI (MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

De acordo com Barbieri et al. (2010), o movimento pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento sustentável é considerado um dos movimentos mais importantes desde o início deste século e milênio. Embora ainda não exista um conceito unânime a respeito da sustentabilidade, já é notável a crescente preocupação com as questões ambientais (TREVISAN; PEDROSO, 2010). Assim, ela surge para representar o crescimento destas expectativas de performance ambiental e social (HART; MILSTEIN, 2003).

De acordo com Hart e Milstein (2003), a emergência da sustentabilidade é impulsionada por algumas forças motoras. Ressaltando três delas, a primeira força se refere ao aumento constante da industrialização e aos alarmantes efeitos associados, tais como o alto consumo, a poluição, a geração de lixo, entre outros efeitos que impactam irreversivelmente o ambiente. Um segundo fator propulsor da sustentabilidade consiste na integração e interconexão da sociedade como um todo. O advento dos meios de comunicação posiciona todos os atores sociais em uma base bem informada e ativa. Este contexto exige das organizações um posicionamento transparente e uma atuação responsiva, pois, diante desta realidade, torna-se uma ofensa operar sem transparência, um outro ícone da moderna administração. Além desses fatores, os autores também ressaltam o surgimento de tecnologias avançadas capazes de reduzir os efeitos de toda ação humana no planeta, tais como o desenvolvimento renovável de energia, a nanotecnologia, entre outras.

Como resultado, o tema em questão entrou na agenda das discussões que inundam o espaço organizacional, se tornando um assunto emergente (CASTRO et al., 2010) cuja abrangência espacial e a rapidez com que foi popularizado não possuem precedentes na história recente das empresas, pelo menos no nível de discurso (BARBIERI et al., 2010). De forma gradativa, a construção social da importância da sustentabilidade engajou diferentes atores, imbuídos de diferentes formas de capital (simbólico, acadêmico, social, cultural, financeiro, legal, etc.), que passaram a valorizar práticas relacionadas à sustentabilidade em cada ação empresarial.

Neste contexto, um conjunto de novos valores, crenças, mitos e ritos, passou a reorientar o discurso dos atores do espaço organizacional, tornando-o mais permeável às questões revestidas pela importância do agir sustentável. Assim, a cada dia, as organizações convivem com as cobranças advindas do âmbito social em favor de ações organizacionais de menores impactos socioambientais negativos (CARVALHO; MONZONI, 2010).

Consequentemente, elas passam a promover a ligação de seus nomes e imagens aos elementos de preservação do meio ambiente, visando divulgar o próprio alinhamento às cobranças relativas à prática sustentável (TREVISAN; PEDROSO, 2010). Isto é, as organizações passam a construir sua imagem organizacional por meio de sua atuação sustentável (CASTRO et al., 2010).

É neste ponto que reside a maior polêmica acerca do tema da sustentabilidade socioambiental. Muitas das vezes, uma organização utiliza da proeminência alcançada pela divulgação de suas práticas sustentáveis e de sua gestão socioambiental como uma forma de legitimar sua própria atuação e institucionalizar-se perante a sociedade. A partir do momento que ela reconhece que o aprimoramento de suas práticas no mérito sustentável não somente diminui os impactos ambientais, mas também aumenta a sua reputação simbólica perante a sociedade, a organização passa a fazê-lo.

Em concordância, Bourdieu (1989) afirma que esta situação relaciona-se ao conteúdo do discurso e, mais especificamente, ao poder simbólico que as palavras de atores bem posicionados no espaço organizacional exercem sobre os demais atores. Isto é, relaciona-se à legitimidade que os ouvintes conferem àqueles que as proferem. Assim, quando os atores influentes do espaço organizacional percebem as posturas socioambientais como mais legítimas, eles passam a *sê-lo*, institucionalizando-se independente da eficiência técnica associada a elas (SALTORATO, 2015).

Portanto, nas discussões acerca das práticas empresariais sustentáveis deve-se atentar para até que ponto as organizações buscam mesmo a sustentabilidade, se as ações sustentáveis não passam de uma prática discursiva das ações comerciais destas empresas (CASTRO et al., 2010; LEAL, 2011). Questões como estas podem ser melhor explicadas pelos conceitos institucionalistas apresentados a seguir.

3.2 Teoria Institucional

3.2.1 As Organizações e seus ambientes institucionais

A partir da década de 1950, os estudos organizacionais passaram a incluir as contribuições da perspectiva institucional sob o enfoque estrutural e comportamental. Esta corrente foi de encontro à concepção racionalista que orientava grande parte das abordagens de análise organizacional, cujo principal foco de análise era o comportamento diretamente observável das organizações, ou seja, a objetividade dos fatos (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Deste modo, essa nova perspectiva, estruturada como Teoria Institucional, trouxe consigo uma nova forma de enxergar a organização, atribuindo elementos subjetivos na análise das práticas, posturas e ações organizacionais. Isto é, esta nova abordagem passou a considerar a influência de hábitos inconscientes em cada ação humana e, conseqüentemente, em cada ação organizacional.

A perspectiva institucional posiciona o ambiente que circunda a organização como elemento fundamental para análise do comportamento organizacional. Segundo os preceitos desta perspectiva, as organizações respondem aos novos valores que são institucionalizados na sociedade e que se tornam "mitos" a serem seguidos adotando modelos e práticas consideradas como melhores e ideais em um determinado sistema social, em busca de eficiência simbólica e, conseqüentemente, legitimidade social (BARBIERI et al., 2010). Assim sendo, defende-se a existência de uma conformidade entre as estruturas organizacionais e os valores que estão vigentes no ambiente (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Como se observa, os ideais institucionalistas baseiam-se em uma ampliação da visão conceitual do ambiente organizacional, o qual passa a incluir elementos simbólicos (PECI, 2006). Carvalho, Vieira e Lopes (1999) enfatizam que, diferentemente das proposições analíticas pioneiras que o enxergavam como uma categoria residual formada por aspectos fundamentalmente objetivos de importância e influência insignificantes, a perspectiva institucional vê o ambiente como um fator que influencia as estruturas organizacionais e que determina algumas características das mesmas. Isto é, o ambiente é visto como um elemento constitutivo da organização (MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Ventura (2005) complementa que houve uma evolução da visão generalista do ambiente para uma visão simbólica. Ou seja, adicionou-se à visão técnica do ambiente um sistema simbólico e, juntos, passaram a constituir cada ação organizacional. Isto significa que, além de ser considerado como uma fonte de recursos, o ambiente passou a assumir uma característica institucional, como um grupo de elementos fornecedores de crenças e normas institucionalizadas, as quais funcionam como "mitos racionais" (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Regras, produtos, programas, técnicas, serviços e políticas institucionalizadas se estabelecem como poderosos mitos e as organizações se conformam a eles cerimonialmente, independentemente da eficiência econômica imediata adquirida nesta conformação. Agindo desta forma, elas ganham a legitimidade no mercado, têm acesso a mais recursos, alcançam a estabilidade e, conseqüentemente, a sobrevivência no ambiente (MEYER; ROWAN, 1977).

Isso acontece pois todos estes preceitos institucionalizados resultam daquilo que é prevalente na realidade de uma sociedade, daquilo que é considerado como o prestígio social: opinião pública dos constituintes mais importantes da sociedade, conhecimentos institucionalizados pelos sistemas de ensino, as leis, etc. É como se houvesse uma fórmula disponível, linhas de ação já estabelecidas e definidas socialmente para uso de qualquer organização com desejo de ser aceita pela sociedade onde está inserida. Não se atentando muito à eficiência econômica resultante e agindo em conformidade a estes mitos

institucionalizados, a organização se estabelece como apropriada, racional e moderna, transparecendo responsabilidade e evitando focos de negligência (MEYER; ROWAN, 1977).

Assim, pode-se dizer que o ambiente institucional representa o enriquecimento daquilo que se entende por ambiente técnico. Isto é, uma ampliação ao domínio simbólico. Esta inclusão de elementos simbólicos na estruturação dos ambientes organizacionais é considerada a contribuição mais importante para o tema em questão. Isso porque novos elementos de âmbito cognitivo e cultural passaram a se apresentar como aspectos econômicos, sociais e culturais do ambiente que circunda a realidade organizacional (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999). Segundo relata Scott (apud CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999), é o próprio ambiente institucional que se caracteriza como elaborador das normas, requisitos e exigências com as quais as organizações necessitam de conformidade caso queiram obter o apoio legitimado da sociedade.

Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p. 12) ressaltam que, para a Teoria Institucional, o ambiente é priorizado em termos de sua "função indutora de 'material cultural' para a gestão das organizações". É por este motivo que Meyer e Rowan (1977) afirmam que as organizações são reflexos estruturais de uma realidade socialmente construída. Nota-se aqui que a cultura passa a ser vista como uma posição dominante na formação da realidade organizacional. Na perspectiva institucional, a concorrência por recursos e por clientes perde lugar para a concorrência pelo alcance da legitimidade e aceitação no ambiente (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Portanto, percebe-se que a realidade organizacional é sustentada por uma racionalidade diferente. Carvalho, Vieira e Lopes (1999) ressaltam que em oposto daquilo que era priorizado como racional nos ambientes organizacionais - ser eficiente economicamente, produzir produtos e serviços aceitos pelo mercado e cumprir as metas e objetivos - na realidade institucional a ação racional é representada pela adoção de métodos e procedimentos capazes de proporcionar legitimidade no presente e no futuro de uma organização.

3.2.2 O mecanismo de institucionalização

Segundo a perspectiva institucionalista, diante desta busca pela conformidade com os procedimentos, costumes e regras institucionalizadas em um mesmo ambiente, as organizações tendem a se tornar mais similares entre si. Esta questão da similitude é definida como isomorfismo, um princípio institucional referente à homogeneidade existente entre as organizações.

Como uma força limitadora que emerge, ao visarem uma maior compatibilidade com as características do ambiente, as organizações são induzidas a se conformarem e serem isomórficas com outras unidades que se deparam com o mesmo conjunto de pressões ambientais. Esta homogeneidade entre as estruturas e as ações das organizações tem despertado muito o interesse das literaturas e se constitui como o ponto fundamental da Teoria Institucional (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010; PECI, 2006).

De acordo com Carvalho, Vieira e Lopes (1999), o processo de isomorfismo pode ocorrer através de mecanismos coercitivos, miméticos ou normativos. Segundo os mesmos autores, o isomorfismo coercitivo é aquele que pode ocorrer na relação entre uma organização subsidiária e a matriz, quando a subsidiária é induzida a se adequar às políticas e medidas da outra. DiMaggio e Powell (1983) complementam que esse mecanismo isomórfico resulta tanto de pressões formais quanto informais exercidas na organização. Ou seja, ele pode ser resultante de pressões provenientes de outras organizações das quais depende, forçando a adoção de práticas equivalentes, das expectativas da sociedade ou até mesmo de

alguma norma governamental. Trata-se, portanto, de uma influência política e também legítima (MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

O isomorfismo mimético é produzido quando uma organização, em razão das incertezas com as quais convive, de seus temores tecnológicos, das ambiguidades e conflitos em suas metas e objetivos institucionais ou mesmo em virtude das incertezas simbólicas que o ambiente fornece, modela a si própria em outras organizações que julga superiores. Assim, ela adota procedimentos e técnicas já provadas na tentativa de livrar-se das incertezas ou mesmo para se legitimar, demonstrando que está constantemente em busca de melhorias em suas atuações. Desta forma, percebe-se que alguns tipos de mudanças promovidas pelas organizações são mais de caráter mimético universal do que tentativas de melhorias na eficiência empresarial (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; DIMAGGIO; POWELL, 1983; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Já o isomorfismo normativo tem como referência as formas padrões de interpretar e agir frente aos acontecimentos da vida organizacional (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999). Os autores afirmam que uma das pressões normativas mais frequentes é a profissionalização, considerada como uma fonte importante de isomorfismo por dois aspectos. De um lado a legitimação de uma base cognitiva por meio de especialistas universitários e de outro o crescimento e a elaboração de redes de profissionais que difundem novos modelos rapidamente (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Ou seja, conforme afirmam Munck, Dias e Souza (2010), profissionais de determinada área definem as melhores condições e formas de se trabalhar.

Como se pode perceber, a adoção de comportamentos isomórficos é uma busca pela autodefesa frente aos problemas que não possuem soluções claramente definidas (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999), ou seja, uma busca pela redução de turbulências e pela estabilidade organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Desenvolvendo condutas semelhantes entre si, as organizações têm suas relações interorganizacionais facilitadas e favorecem o seu funcionamento a partir de regras socialmente aceitas (MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Diante disso, DiMaggio e Powell (1983) afirmam que o isomorfismo institucional promove o sucesso e a sobrevivência organizacional. As organizações que ignoram os elementos que estão institucionalizados no ambiente e criam estruturas próprias tornam-se vulneráveis à classificação como negligentes ou irracionais. Esta postura incorre em custos para as empresas e os custos da ilegitimidade são bastante reais e contribuintes ao desaparecimento organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Perante todos esses pareceres, é notável que a perspectiva institucional gera uma ruptura com a visão racionalista, a qual, embora incompleta, ainda se constitui como o sustentáculo de grande parte dos estudos organizacionais. Por meio desta perspectiva, considera-se que é impossível explicar as transformações do mundo moderno e os novos ideais emergentes por meio de orientações puramente racionalistas, sem atentar-se às dimensões socioculturais (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Sabe-se que a mente dos indivíduos é moradia de uma diversidade de mitos (AKTOUF, 2010). Desta forma, estendendo essa argumentação e atentando ao lado cognitivo desta perspectiva institucional, vale ressaltar que, em processos de tomada de decisão quanto à adoção ou uso de práticas sustentáveis, os indivíduos enfrentam complexos processos mentais inconscientes e semiconscientes. Além daquilo que é diretamente observável nas empresas que adotam este tipo de prática, deve-se levar em consideração que uma ação organizacional é consequência das interpretações dos indivíduos em relação ao ambiente configurador de suas ações (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

3.3 A contribuição da Teoria Institucional no estudo da Sustentabilidade Socioambiental

3.3.1 Sustentabilidade socioambiental: uma busca por legitimidade e sobrevivência

Diante da popularidade sem precedentes do tema, torna-se plausível explicar a aceitação e o uso de práticas sustentáveis pelas empresas por meio da Teoria Institucional. Como resultado da construção social que ascendeu a importância das questões socioambientais junto ao espaço organizacional, as organizações passaram a competir pela legitimidade institucional ligada à mudança de postura, tornando a sustentabilidade socioambiental uma nova demanda institucional.

Há no ambiente uma crença muito forte de que as organizações são as principais “vilãs” do processo de degradação do ambiente. Tal realidade faz com que elas, necessariamente, assumam o papel de protagonistas de soluções para este problema e a responsabilidade de reversão do desequilíbrio e garantia de um futuro habitável (CONKE, 2010).

Devido a este fator, Barbieri et al. (2010) ressaltam que não há precedentes para a institucionalização das práticas sustentáveis no âmbito organizacional, tanto em relação a sua abrangência espacial, quanto pela rapidez com que foi popularizada. De forma gradativa, os atos organizacionais tornam-se pautados pelo conceito da sustentabilidade (TREVISAN; PEDROSO, 2010).

Por viverem em meio a esta realidade repleta de valores institucionalizados a respeito da sustentabilidade, as empresas têm a necessidade de responder a estas pressões institucionais do ambiente. Ou seja, cabe a elas uma postura responsiva a esses “mitos”, se desejam sobreviver, receber apoio social, alcançar legitimidade e notoriedade simbólica perante as outras empresas e a sociedade e também obter a manutenção de seus direitos de funcionamento (TREVISAN; PEDROSO, 2010).

Pela própria necessidade de conformidade em relação às pressões do ambiente, Castro et al. (2010) enfatizam que as ações empresariais sustentáveis podem ser consideradas respostas a estas pressões. É assim que surgem novos modelos e estruturas organizacionais que são considerados mais adequados a este novo ciclo que se inicia, como as organizações inovadoras sustentáveis (BARBIERI et al., 2010).

Isso porque, estruturando-se conforme as prescrições dos mitos do ambiente institucional, uma organização é capaz de demonstrar que está agindo segundo propósitos valorizados coletivamente e de maneira adequada. Isto é, a adoção de práticas sustentáveis protege a organização de questionamentos quanto a sua postura e a posiciona legitimamente perante a sociedade, fator este que suporta a segurança e a sobrevivência da mesma no ambiente (MEYER; ROWAN, 1977).

É interessante notar que em uma realidade como esta o sucesso empresarial não é relacionado estritamente à coordenação e ao controle das atividades produtivas visando a eficiência econômica. As organizações que incorporam os elementos legitimados socialmente e buscam ser isomórficas com o ambiente que as circunda adquirem ganhos e maximizações em termos de legitimidade e recursos necessários à sobrevivência, independente dos ganhos com a eficiência produtiva resultante de tais ações (MEYER; ROWAN, 1977). Isso justifica os altos investimentos das organizações em medidas vistas como ambientalmente corretas, os quais, se analisados profundamente, não deixam de ser uma busca por uma eficiência simbólica, uma busca por uma maior reputação perante a sociedade.

Em relação a este ponto, Castro et al. (2010) enfatizam que as empresas que procuram seguir os princípios da sustentabilidade socioambiental são vistas de forma diferenciada pelo público consumidor. Ou seja, a adoção de ações sustentáveis e a própria gestão socioambiental interferem na forma como uma organização é vista. Os autores acrescentam

que a credibilidade adquirida pela adoção destas práticas determina, de modo profundo, a imagem da organização construída na mente dos indivíduos. É por este motivo que os autores consideram que uma atuação sustentável é uma busca pela simpatia da empresa no ambiente em que atua.

3.3.2 Isomorfismo institucional e a institucionalização das ações sustentáveis

De acordo com Leal (2011) existe um relacionamento positivo entre o isomorfismo e a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas. Munck, Dias e Souza (2010) afirmam que a institucionalização das práticas sustentáveis é configurada pelos vieses do isomorfismo institucional. Isto é, o isomorfismo constitui-se como uma ferramenta útil na busca pela compreensão das políticas e cerimônias que afetam a realidade e o funcionamento das organizações.

Para Leal (2011), mesmo reconhecendo os benefícios gerados pela adoção de práticas sustentáveis, as organizações não os julgam como suficientes para levá-las a adoção destas. O principal motivo que as leva a agir neste viés é o isomorfismo, o qual atua como mediador entre os benefícios e a adoção destas práticas.

Em um primeiro momento, a explicação dada à institucionalização da sustentabilidade socioambiental por meio do isomorfismo coercitivo, origina-se da ação de políticas ambientais, do aperfeiçoamento e da imposição da legislação e das agências reguladoras e da cobrança por parte da comunidade na qual a organização se insere (CASTRO et al., 2010; LEAL, 2011; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Vale ressaltar que, segundo argumentos de Munck, Dias e Souza (2010, p. 16), a institucionalização de práticas sustentáveis por meio do isomorfismo coercitivo decorre por meio de ações governamentais de "maneira a atingir toda a comunidade empresarial, de forma clara, coerente e acompanhada por incentivos econômicos".

De acordo com os mesmos autores, a institucionalização dos preceitos sustentáveis nas organizações ocorre com melhor fundamento por meio desta modalidade isomórfica. Segundo eles, grande parte da sociedade ainda se encontra acomodada mediante o tema e somente assiste os acontecimentos que ocorrem, desconsiderando o assunto e esperando que outros possam agir primeiro. Sendo assim, tendo em vista o próprio poder que possuem em relação ao capital econômico das organizações, as ações governamentais buscam agir sobre essa desconsideração, fazendo intervenções, impondo normas e regulamentos de modo coercitivo (MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Em continuidade, a institucionalização da sustentabilidade socioambiental por meio do isomorfismo mimético decorre à medida que uma organização copia as ações e comportamentos de outras que julga superiores, pelo fato de estas comporem relatórios renomados acerca do tema. Ou seja, é como uma busca pela tentativa de livrar-se das incertezas ambientais, não se tornando necessariamente mais eficiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Enfim, a institucionalização dos preceitos sustentáveis via isomorfismo normativo pode acontecer via consultores voltados para a questão, cursos de especialização, mestrado e doutorado sobre o assunto, o aparecimento do tema no conteúdo das universidades, ou mesmo mediante a verificação de pesquisas e estudos já realizados, priorizando práticas e medidas já conhecidas e institucionalizadas na sociedade pela ação de empresas do mesmo setor (MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010). Castro et al. (2010), ao realizarem comparações entre o mecanismo isomórfico normativo e algumas práticas empresariais, ressaltam a adoção da certificação ISO 14000 pelas organizações. É possível notar que, atualmente, a grande maioria das adequações ambientais nas organizações é direcionada à obtenção desta norma em especial, um caso típico de isomorfismo normativo expresse conscientemente,

comprometidamente e com a qualidade necessária os preceitos e conceitos preconizados pela ideia da sustentabilidade. Por este motivo, é sempre importante investigar de maneira profunda se a sustentabilidade socioambiental constitui-se como atividade real da empresa ou se trata somente de um modismo organizacional (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; CASTRO et al., 2010).

3.3.3 O posicionamento do indivíduo na institucionalização da sustentabilidade socioambiental

Diante da importância de uma investigação aprofundada sobre o tema, atribui-se como necessário também dissertar sobre a postura assumida pelo indivíduo diante da institucionalização da sustentabilidade socioambiental.

É necessário sempre lembrar que uma ação organizacional qualquer resulta da ação de um indivíduo e, segundo antropólogos e psicólogos, em cada tomada de decisão, os seres humanos enfrentam um complexo processo de decidir fazendo também uso de processos mentais inconscientes. Assim, ao analisar um ato organizacional, como em favor da sustentabilidade, devem-se enfatizar as dimensões subjetivas do comportamento organizativo, visto que as organizações são consideradas estruturas racionalmente construídas pelos indivíduos em busca de seus interesses pessoais (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Remetendo-se superficialmente ao campo sociológico - a tradição do institucionalismo - é possível adentrar mais profundamente a esta questão. Considerado como elo mais frágil de toda a cadeia social e suscetível aos impactos das diversas mudanças que ocorrem ao seu redor, o indivíduo hoje enfrenta uma "crise de identidade". Tal crise refere-se às perturbações que ocorreram nos processos de identificação do indivíduo. Isto é, houve um enfraquecimento das fontes e imagens identificatórias do mesmo. A ancoragem no universo simbólico do passado foi perdida, suas referências sociais e seus valores tradicionais, até então aceitos como norteadores da vida, foram quebrados, gerando uma perda de seu próprio núcleo identitário e coeso (FREITAS, 1999).

De acordo com Freitas (1999), os efeitos que o indivíduo sofre diante desta crise, diante deste processo de mudanças violentas, não são passíveis de análise objetiva e racional, mas se manifestam no próprio comportamento, nas atitudes, assim como na própria esperança que ele tem do futuro. Pelo fato de os vínculos sociais do passado se revelarem como caducos e enganosos, o indivíduo é dominado por um grande mal-estar.

A autora argumenta que, à medida que o social em geral deixa de garantir suporte e segurança para uma mínima compreensão do presente e para a esperança em relação ao futuro, o indivíduo tem a tendência de agarrar mais a si próprio e naquilo que lhe possa reduzir sua fragilidade e garantir um referencial menos instável diante do incerto e do desconhecido

Assim, Pagès et al. (1987) afirmam que o indivíduo criou uma imagem inconsciente bastante rígida da organização, já que enxergou a mesma como uma formação psíquica capaz de fornecer respostas às suas próprias necessidades de segurança psicológica em frente ao ambiente totalmente mutante que o cerca. Desta forma, a organização e a estrutura psicológica do indivíduo tornaram-se peças de um sistema sócio-mental que se reforçam mutuamente, isto é, a organização é uma leitura do indivíduo e o indivíduo é uma leitura da organização. Consequentemente, ele torna-se dependente dela, não apenas para sua existência material, mas também para a integridade de sua própria identidade.

Diante disso, Morgan (2007) afirma que na tentativa de gerenciar e organizar o mundo organizacional, os indivíduos, na realidade, estão tentando gerenciar e organizar eles mesmos. É por este motivo que a conformidade com as práticas sustentáveis institucionalizadas na sociedade torna-se uma luta constante e imprescindível para as organizações que desejam concretizar a estabilidade no ambiente, o alinhamento com o campo organizacional, já que o que está em jogo não é a simples sobrevivência destas (THIRY-CHERQUES, 1995).

Assim, Carvalho, Vieira e Lopes (1999) confirmam que, na tentativa de interpretar os fenômenos organizativos, deve-se atentar às dimensões subjetivas da realidade social. Isto é, deve-se valorizar a subjetividade das ações organizacionais e considerar as representações que os indivíduos fazem do ambiente que configura as suas ações. Isso porque, conforme ressaltam Nardelli e Griffith (apud MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010), as ações organizacionais sustentáveis não são estritamente determinadas pelo meio externo, mas são as decisões internas que sofrem influências diretas das estruturas deste meio e delas procede cada ação.

É aí que se confirma a impossibilidade de explicar as transformações no mundo moderno a partir de orientações estritamente racionalistas, ignorando as dimensões socioculturais (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999). As organizações são estruturadas segundo mitos racionalmente institucionalizados e cada ação destas objetiva dar suporte a estes mitos (MEYER; ROWAN, 1977).

Em suma, a dinâmica de qualquer organização não é explicitamente uma busca por eficiência técnica, mas é movida por um desejo de legitimidade. Na realidade atual, a adoção de práticas sustentáveis exerce também um papel simbólico na sociedade, papel este que não contribui diretamente ao desempenho ambiental, mas que visa apenas legitimar ou transparecer uma imagem organizacional "verde", de forma a alcançar um posicionamento estável, seguro e legitimado socialmente (CASTRO et al., 2010).

Portanto, confirma-se que a perspectiva institucional contribui para a análise da sustentabilidade socioambiental. Ao reviver o relacionamento entre aspectos sociológicos e aspectos organizacionais, tal perspectiva é capaz de revigorar o próprio poder explicativo da teoria organizacional e de muitos preceitos que norteiam a realidade empresarial. Segundo as palavras dos autores, "os valores compartilhados no ambiente também passam a compor a análise das organizações [...]" (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo a construção de uma reflexão diferenciada sobre o tema da sustentabilidade socioambiental. Tendo a perspectiva institucional como seu respaldo primordial, o artigo visou a investigação da maneira como esta perspectiva contribui para a análise da postura assumida pelas organizações frente à questão ambiental.

Para tal, foi elaborado um estudo bibliográfico de caráter exploratório e explicativo, de forma a construir uma reflexão alternativa à visão paradigmática que envolve o tema em questão, qual seja, o racionalismo empregado nas atuais explicações sobre a disseminação do conceito da sustentabilidade no âmbito organizacional.

Com a realização do estudo torna-se possível afirmar que, atualmente, a investigação das causas da adoção de práticas sustentáveis pelas empresas é feita de forma superficial e objetiva. Ainda é tímida a atenção dada à dimensão subjetiva da realidade social e à influência dos hábitos inconscientes em cada ação humana e, conseqüentemente, em cada ação organizacional.

Portanto, diante do estudo realizado, conclui-se que é a partir da análise mais profunda dos atos organizacionais que torna-se possível interpretar o fenômeno da sustentabilidade socioambiental. O estudo destacou que é possível considerar a aderência organizacional ao tema não como uma ação meramente técnica, mas como uma busca pela legitimidade e pela sobrevivência na sociedade. Ou seja, uma busca por uma eficiência simbólica.

Desta maneira, pontua-se que a valorização das interpretações subjetivas das ações organizacionais é um requisito fundamental para a compreensão da forma como as organizações se posicionam frente às pressões ligadas às questões ambientais e da forma como elas respondem a esta nova demanda institucional.

Remetendo-nos à Teoria Institucional, o ambiente que circunda as organizações é o elemento fundamental para a análise do comportamento organizacional. Pelo fato de serem geridas por atores individuais que pensam, sentem, interpretam e constroem significados, muitos conceitos, ações e comportamentos organizativos possuem explicações advindas do âmbito não racional, visto que resultam das representações que eles mesmos fazem do ambiente que configura suas ações. Pelos vínculos que se estabelecem entre os indivíduos e a organização, a responsividade organizacional frente aos valores, crenças, mitos e ritos reconhecidos como legítimos pelo ambiente institucional e a característica isomórfica do comportamento organizacional frente a estas novas questões podem ser consideradas uma busca pela sobrevivência de ambos.

Em suma, pode-se dizer que, na busca pela compreensão da adoção de uma postura sustentável pela organização, recorrer ao universo institucional é uma forma de melhor entender a difusão de um conceito cuja plasticidade, antes que impedir sua disseminação, contribuiu para a mesma, haja visto que nenhum dos atores envolvidos em sua construção social detém o privilégio de sua definição perante a sociedade.

Assim, espera-se que o presente estudo possa servir de inspiração para novas pesquisas que possivelmente poderão ser realizadas a campo, visando analisar e avaliar esse comportamento organizacional frente à sustentabilidade por meio do diálogo que se estabelece entre a visão teórica e a realidade. Que novas jornadas comecem!

Assim, utilizando o caráter abrangente e homogêneo da difusão desse certificado como ancora na argumentação, nota-se a concretização dos ideais isomórficos e o consequente revigoramento que remetem ao poder explicativo da Teoria Organizacional. Percebe-se que, atualmente, a opção pela adoção de práticas voltadas à sustentabilidade socioambiental não confere à organização a certeza de estar comprometida e de valorizar os princípios desta prática.

Os atos organizacionais ambientalmente corretos podem ter apenas o intuito de transparecer o quesito “*inovação*”, “*pró-atividade*” e demonstrar que a organização é perseguidora das tendências, ao invés de serem realizados de forma que

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. (Coord). **O indivíduo e a Organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2010. (V. 2, p.39-79).
- ARRUDA, L.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/10M6nby>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- BARBIERI, J. C. et al. Inovação e Sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/195mvW4>. Acesso em: 08 maio 2012.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, A.; MONZONI, M. Sustentabilidade: só um modismo? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan/jul. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/1JB2xV9>. Acesso em: 23 jul. 2015.

- CARVALHO, C.; VIEIRA, M.; LOPES, F. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Paraná: ANPAD, 1999.
- CASTRO, A. E. de et al. Gestão empresarial sustentável: uma forma de legitimação institucional. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2010.
- CONKE, L. S. Em clima de Mudança. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan/jul. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/1aa8ubU>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, 1983.
- FREITAS, M. E. de. **Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 180 p.
- HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Creating Sustainable Value. **Academy of Management Executive**, v. 17, n. 2, p. 56-69, 2003.
- LEAL, L. G. **Teoria Institucional e fatores determinantes da ação de práticas sustentáveis pelas empresas**. 2011. 108f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2011.
- MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 296 p.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520, 1998.
- MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização**. Edição Executiva. Tradução Geni G. Goldschmidt. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 380 p.
- MUNCK, L.; DIAS, B. G.; SOUZA, R. B. de. Sustentabilidade sócio-ambiental: uma análise a partir da institucionalização de práticas ecoeficientes. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- PAGÈS, M. et al. **O poder das organizações**. Tradução Maria Cecília Pereira Tavares e Sonia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1987. 234 p.
- PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 4, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <http://bit.ly/176MYWu>. Acesso em: 08 maio 2012.
- SALTORATO, P. **Da Construção Social do Shareholder Value à Emergência do CEO Celebridade**. Sorocaba: UFSCar, 2015. (Relatório de Pesquisa não publicado).
- SERIO, L. C. Di. Carro Verde e o sonho da mobilidade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/14HS7Be>. Acesso em: 10 jul. 2013.

THIRY-CHERQUES, H. R. A Rebelião Conservadora - aspectos da Resistência à Modernização nas organizações brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, jan./fev. 1995. Disponível em: <http://bit.ly/UZtRIS>. Acesso em: 04 mar. 2012.

TREVISAN, M.; PEDROZO, E. A. O desenvolvimento sustentável, a institucionalização organizacional e a base da pirâmide: articulando sociedade, organização e indivíduo. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <http://bit.ly/1g8h43z>. Acesso em: 23 jul. 2015.

VENTURA, E. C. F. **Dinâmica de institucionalização de práticas sociais**: um estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias. 2005. 351f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE, São Paulo, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p.

Artigo recebido em 23/03/2014 e aceito para publicação em 26/08/2015
